



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014/MPC/PA

EDITAL

○ **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ – MPC/PA**, por intermédio do Pregoeiro designado pela Portaria nº 080/2014/MPC/PA, de 21/05/2014, torna público que realizará, **no dia 11 de junho de 2014 (quarta-feira), às 10 horas, em sua sede, na Av. Nazaré nº 766, o PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014/MPC/PA**, para a **contratação de posto de combustíveis para o fornecimento de gasolina comum pelo período de 12 (doze) meses**, sendo o certame regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Estadual nº 6.474, de 06 de agosto de 2002; subsidiariamente pela Lei 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e alterações posteriores; Decreto Estadual nº 199, de 09 de junho de 2003, e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como pelas condições e exigências contidas neste Edital e seus Anexos.

1. OBJETO

1.1.A presente licitação tem por objeto **a contratação de posto de combustíveis para o fornecimento de gasolina comum pelo período de 12 (doze) meses, com estimativa de consumo mensal de 2.000 (dois mil) litros.**

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1.Somente poderão apresentar Proposta as empresas legalmente estabelecidas e especializadas no ramo e que possuam infra-estrutura para fornecimento do combustível na área central da cidade de Belém.

2.2.Não poderão participar da presente licitação empresas sob forma de consórcio, ou aquelas que, por qualquer motivo, estejam punidas com suspensão do direito de licitar com este *Parquet*, ou tenham sido declaradas inidôneas por qualquer outro órgão da Administração Pública.

3. DAS PEÇAS DO EDITAL

3.1.Constituem anexos do Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I - Minuta de Contrato;

Anexo II - Modelo de Procuração;

Anexos III (A, B e C) - Modelos de Declaração.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1.Cada licitante apresentar-se-á com apenas um representante legal que, devidamente munido de credencial, será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo, para todos os efeitos, por sua representada,



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014/MPC/PA

devendo, ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se junto ao Pregoeiro exibindo a Carteira de Identidade ou documento equivalente.

4.2.O credenciamento far-se-á por meio de Procuração outorgando ao representante poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente, **INCLUSIVE PARA RENUNCIAR AO DIREITO DE INTERPOR RECURSOS**, conforme modelo constante do Anexo II, juntamente com a cópia do Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial, conforme o caso.

4.2.1.Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto, Contrato Social ou Registro Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.3.O representante legal da licitante que não se credenciar perante o Pregoeiro ficará impedido de se manifestar no certame, inclusive na fase de lances verbais.

4.4.Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de um licitante.

4.5.A licitante deverá apresentar, no ato do credenciamento, declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme dispõe o art. 4º, Inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 - Anexo III - A.

4.6. A licitante deverá apresentar, no ato do credenciamento, Declaração de Inexistência de Fato Superveniente - Anexo III - B.

4.7.As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento da assinatura do contrato e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, no ato do credenciamento, declaração de que estão enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte (conforme o caso) ou comprovação do enquadramento emitida pela Secretaria da Receita Federal, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06.

5. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1.No dia, hora e local designados neste Edital, será realizada sessão pública para recebimento das Propostas de Preços e Documentação de Habilitação, na presença dos representantes das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato.

5.2.Aberta a sessão, os representantes legais das licitantes entregarão ao Pregoeiro os envelopes nº 01 e nº 02, devidamente lacrados e rubricados nos fechos, contendo,



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014/MPC/PA

respectivamente, as Propostas de Preços e a Documentação de Habilitação, contendo em suas partes externas e frontais, com caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº. 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014/MPC/PA
<RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE>
CNPJ Nº:

ENVELOPE Nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014/MPC/PA
<RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE>
CNPJ Nº:

5.3. Declarado encerrado o recebimento dos envelopes, não mais serão admitidos, em hipótese alguma, novos licitantes.

5.4. Não serão aceitas Propostas de Preços ou Documentação de Habilitação enviadas por meio eletrônico.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em língua portuguesa, em moeda corrente nacional, com clareza, contendo o preço por litro de combustível (expresso em numeral e por extenso), com até duas casas decimais, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. As folhas devem estar rubricadas e a última datada e assinada pelo representante legal da licitante, devendo constar ainda o seguinte:

6.1.1. Identificação completa da licitante, contendo, no mínimo, razão social, endereço com CEP, números de telefone e número do CNPJ;

6.1.2. Prazo de validade da Proposta igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de entrega dos Envelopes;

6.1.3. Declaração de que no preço cotado já se incluem todos os custos diretos e indiretos, tributos de qualquer natureza, bem como outros serviços e despesas, tais como fretes e seguros, incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto do certame;

6.1.4. Compromisso de que, havendo mudança de endereço, o licitante se responsabilizará pelo abastecimento na área central de Belém, mesmo que para tanto se utilize de postos de combustíveis concorrentes ou parceiros, correndo



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014/MPC/PA

por sua conta os custos de tal operação e sendo de sua responsabilidade a procedência do combustível ofertado;

6.1.5. Garantia de procedência do combustível e de que o mesmo atende a todas as especificações e recomendações oficiais quanto a composição, qualidade, apresentação e outros que as normas pertinentes determinarem.

6.2. Os preços apresentados na Proposta somente poderão sofrer alteração para menos e apenas na fase dos lances verbais.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Para julgamento das Propostas, o Pregoeiro levará em consideração o **menor preço** por litro de combustível, desde que atendidas as especificações constantes do Edital.

7.2. Serão desclassificadas as Propostas que não obedecerem às condições estabelecidas no Edital, não estiverem assinadas pelo representante legal e/ou apresentarem preços excessivos ou inexeqüíveis nos termos do art. 48, inciso II, da Lei 8.666/93.

7.3. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, sendo ainda desclassificada a Proposta que consignar preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

7.4. Abertos os envelopes de Propostas de Preços de todos os participantes, o Pregoeiro as ordenará em ordem crescente de preço por litro de combustível, classificando-se para a fase seguinte a de menor preço por litro, bem como as que apresentarem valores sucessivos e superiores àquela em até 10% (dez por cento).

7.5. Não havendo pelo menos 03 (três) Propostas nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as 03 (três) melhores Propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.6. Às licitantes classificadas, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir da autora da Proposta classificada de maior preço.

7.7. A oferta de lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecendo-se a ordem decrescente de preços das Propostas classificadas.

7.8. Caso duas ou mais Propostas classificadas apresentem preços iguais, será realizado sorteio para a determinação da ordem de oferta dos lances.



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014/MPC/PA

7.9. Também se considera empate a situação em que as Propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte (que apresentarem a documentação constante do item **4.7** deste Edital) sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada não enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme dispõe o art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/2006.

7.10. É vedada a oferta de lance verbal com vistas ao empate.

7.11. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado para efeito de ordenação das Propostas.

7.12. Não será admitida desistência de lances ofertados, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

7.13. Encerrada a etapa competitiva de lances verbais, o Pregoeiro ordenará as Propostas classificadas em ordem crescente de valor quanto ao objeto.

7.14. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, a licitante que tiver ofertado o menor lance será declarada preliminarmente vencedora.

7.15. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a vencedora para que seja obtido preço ainda menor.

7.16. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada que será assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelas licitantes presentes.

7.17. A adjudicação realizada pelo Pregoeiro ficará sujeita a homologação pela autoridade competente.

7.18. O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes pelo prazo de 15 (quinze) dias após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. O envelope nº 02 (Documentação de Habilitação) deverá conter os documentos relacionados nos subitens **8.1.1** a **8.1.5**, sob pena de inabilitação.

8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.1.1.1. Registro Comercial, no caso de Empresa Individual;

8.1.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, em conformidade com a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014/MPC/PA

eleição de seus atuais administradores, com a devida indicação da atividade comercial compatível com o objeto da solicitação, vigente na data de abertura desta licitação;

8.1.1.3. Os documentos relacionados nos subitens 8.1.1.1 e 8.1.1.2. poderão ser substituídos pelo registro cadastral emitido pela Secretaria de Estado de Administração do Estado do Pará - SEAD, com a devida indicação do código do objeto da licitação, vigente na data de abertura desta licitação.

8.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

8.1.2.1. Prova de inscrição no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;

8.1.2.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF);

8.1.2.3. Prova de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (CND);

8.1.2.4. Prova de regularidade com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal da sede da licitante.

8.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.1.3. CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

8.1.3.1. Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de dezoito (18) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de dezesseis (16) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (conforme Anexo III – C).

8.1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.1.4.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

8.1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.1.5.1. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de produtos e serviços similares ao solicitado neste Edital.

8.2. Caso a licitante tenha mais de um domicílio, deverá apresentar documentos para habilitação relativos a apenas um deles.

8.3. Os documentos que não contiverem prazo estabelecido pelo órgão competente expedidor só serão aceitos se expedidos até 180 (cento e oitenta) dias corridos da data de abertura da presente licitação, exceto os documentos cuja validade seja indeterminada.



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014/MPC/PA

8.4. Não serão aceitos protocolos referentes às solicitações feitas às repartições competentes quanto aos documentos mencionados neste item, **nem cópias ilegíveis, mesmo se autenticadas.**

8.5. As microempresas e empresas de pequeno porte que apresentarem a documentação constante do item **4.7** deste Edital deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição, devendo esta ser sanada nos termos e prazos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

9. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

9.1. Quaisquer solicitações de esclarecimentos, providências ou mesmo impugnações referentes a este ato convocatório deverão atender aos requisitos do art. 12, caput, Decreto nº. 3.555, de 08 de agosto de 2000.

9.2. Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos à Procuradoria Geral deste *Parquet*, por intermédio do Pregoeiro, nos termos do art. 4º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c art. 7º, § 1º, inciso IX, da Lei Estadual nº 6.474, de 06 de agosto de 2002 e § 4º do Art. 109 da Lei 8.666/93.

9.3. Toda impugnação ou recurso referente a este ato convocatório deverá ser entregue diretamente ao Pregoeiro, mediante comprovação.

9.4. O Pregoeiro desconsiderará qualquer impugnação, recurso ou informação que não esteja no original, ainda que devidamente protocolizado.

10. DAS PENALIDADES

10.1 - No caso de desistência do vencedor após o julgamento das Propostas, este responderá por eventuais perdas e danos causados ao Ministério Público de Contas do Estado, ficando suspenso de participar de licitação do Órgão por até 02 (dois) anos, a contar da data da imposição da penalidade.

10.2 – No caso do licitante apresentar, dolosamente, por ocasião da habilitação, documentos fraudulentos ou sem validade, ou ainda se por ação ou omissão frustrar os objetivos do certame, ficará suspenso de participar de licitação do Órgão por até 02 (dois) anos, a contar da data da sanção, sem prejuízo da responsabilização criminal.

10.3 - Sem prejuízo das penalidades previstas nos itens anteriores e na Lei das Licitações, será imposta multa de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor do empenho ao adjudicatário que retardar, expressa ou tacitamente, o cumprimento do licitado, além de ser o mesmo declarado inidôneo para licitar ou



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014/MPC/PA

contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

10.4 – Em todos os casos, será sempre garantida a ampla defesa e o contraditório ao licitante.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

37101 01122012545340000 0101000000 33903000

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado em favor da contratada em Banco credenciado por ela indicado, até o 5º (quinto) dia útil após a apresentação da fatura referente ao consumo do mês imediatamente anterior.

12.2. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A simples participação neste certame implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

13.2. Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes “Proposta de Preços” e “Documentação de Habilitação” em um único momento ou se os trabalhos não puderem ser concluídos ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, a sessão será suspensa, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.

13.3. É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligências e/ou solicitar parecer técnico de profissional integrante ou não do quadro deste *Parquet* para esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente Pregão.

13.4. Os envelopes não abertos, obrigatoriamente rubricados no fecho por todos os presentes na licitação, ficarão em poder do Pregoeiro e sob sua guarda até nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

13.5. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014/MPC/PA

13.6.A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.7.O Pregoeiro, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na Documentação de Habilitação e Proposta de Preços desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.8.A Cópia deste Edital e de seus Anexos poderá ser obtida gratuitamente no Edifício-Sede do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, localizado à Avenida Nazaré nº 766, nos dias úteis, das 9h às 13h, em seu endereço eletrônico www.mpc.pa.gov.br.

13.9.Quaisquer informações sobre a presente licitação devem ser solicitadas ao Pregoeiro através do e-mail mpc.pa@mpc.pa.gov.br até o primeiro dia útil que anteceda a data fixada para abertura da sessão pública do presente Pregão.

Belém, 28 de maio de 2014.

ROGÉRIO COUTO FELIPE
Pregoeiro



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014/MPC/PA

ANEXO I - MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO Nº ____/2014, FIRMADO ENTRE
O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO
ESTADO DO PARÁ E
_____, COMO ABAIXO SE
DECLARA.**

Pelo presente instrumento, o MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Capital, à Av. Nazaré nº 766, CNPJ nº 05.054.978/0001-50, neste ato representado por seu Procurador Geral de Contas, Dr. ANTONIO MARIA FILGUEIRAS CAVALCANTE, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e _____, empresa estabelecida nesta cidade, _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____ neste ato representada por seu (sua) _____, Sr.(a) _____, (nacionalidade),(naturalidade), (estado civil), RG _____, CPF _____, doravante denominada CONTRATADA, ao final assinados, resolvem celebrar o presente CONTRATO que, reciprocamente outorgam, aceitam e se obrigam a cumprir, por si ou por seus sucessores, diante das cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este contrato decorre do Pregão Presencial nº 05/2013/MPC/PA, homologado pelo Exmo. Procurador Geral de Contas do Estado em ____/____/____, publicado no Diário Oficial do Estado de ____/____/____, permanecendo válidas todas as condições previstas no Edital do certame, bem como sendo observadas na íntegra as Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – O objeto do presente contrato é o fornecimento de combustível (gasolina comum) pelo período de 12 (doze) meses, com início de vigência em ____/____/____ e término em ____/____/____.

CLÁUSULA TERCEIRA – O fornecimento do combustível será efetuado no(s) estabelecimento(s) da CONTRATADA para todos os veículos do CONTRATANTE devidamente identificados.

CLÁUSULA QUARTA – A CONTRATADA estará à disposição para fornecimento do combustível, diariamente, por 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, sem limite de abastecimento.



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014/MPC/PA

CLÁUSULA QUINTA – O abastecimento dos veículos do CONTRATANTE será realizado através de requisições fornecidas e assinadas, única e exclusivamente, por quem for expressamente indicado pela Procuradoria Geral de Contas, sendo o controle realizado por nota emitida no ato do abastecimento pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA a relação de seus veículos credenciados ao abastecimento, para identificação e controle, podendo efetuar alterações na mesma, bem como inclusões e exclusões, a qualquer tempo, sem necessidade de prévio aviso.

CLÁUSULA SÉTIMA – A CONTRATADA garantirá a qualidade e procedência do combustível durante toda a vigência do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – A CONTRATADA manterá um “Diário de Ocorrências”, com folhas numeradas, onde serão anotadas as observações relevantes sobre o abastecimento dos veículos do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – O presente Contrato tem valor global estimado de R\$ __, __ (valor por extenso), tomando por base o preço unitário do litro de combustível (gasolina comum) de R\$ __, __ (valor por extenso) e a estimativa de consumo mensal de 2.000 (dois mil) litros.

PARÁGRAFO ÚNICO – Poderá ser processada revisão do preço através de apostilamento ao presente, com vistas a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, tendo como fundamento básico o aumento ou diminuição dos preços repassados pelas distribuidoras aos postos.

CLÁUSULA DÉCIMA – O CONTRATANTE efetuará o pagamento até o 5º (quinto) dia útil após a apresentação da fatura pela CONTRATADA referente ao consumo do mês imediatamente anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– A não prestação do fornecimento, na forma, prazo, local, período e demais condições ajustadas sujeita a CONTRATADA às penalidades de advertência, multa e/ou rescisão contratual, nos termos legais, sem prejuízo do pagamento de indenização pelas perdas e danos a que der causa em razão do inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista nos art. 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014/MPC/PA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A presente contratação não enseja qualquer vínculo empregatício entre o CONTRATANTE e os empregados e/ou prepostos da CONTRATADA, tampouco encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e/ou comerciais resultantes da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

37101 01122012545340000 0101000000 33903000

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Fica eleito o foro da Comarca de Belém, Estado do Pará, para dirimir quaisquer divergências ou litígios porventura decorrentes do presente instrumento, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim haverem acordado, assinam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas ao final relacionadas, para que surta todos os devidos efeitos legais.

Belém, de de 2014

ANTONIO MARIA FILGUEIRAS CAVALCANTE
PROCURADOR GERAL DE CONTAS DO ESTADO

CONTRATADA



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014/MPC/PA

ANEXO II – MODELO DE PROCURAÇÃO

(Nome da Empresa)

sediada na

(Endereço completo)

PROCURAÇÃO

A empresa, por meio de seu
(sua) o (a) Sr. (a),
Carteira de Identidade n.º, CPF n.º
., nomeia seu (sua) bastante procurador (a)
. o (a) Sr. (a)
., com poderes para praticar todos os atos referentes ao Pregão
presencial nº 04/2014/MPC/PA, inclusive ofertar lances verbais, interpor ou
renunciar ao direito de interpor recursos, bem como realizar negociações
diretamente com o Pregoeiro no tocante aos preços propostos.

Localidade, _____ de _____ de _____

(Assinatura do (a) Representante Legal da Licitante)
(Nome completo do (a) Representante)
(Cargo do (a) Representante)



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014/MPC/PA

ANEXO III – A

(Nome da Empresa)
sediada na
(Endereço completo)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins e sob os ditames da Lei, que a empresa
., inscrita no CNPJ,
cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme o art. 4º, Inciso VII da Lei n.º
10.520/2002, de 17 de julho de 2002.

Localidade, _____ de _____ de _____

(Assinatura)
(Nome completo do (a) Representante)

ANEXO III - B

(Nome da Empresa)
sediada na
(Endereço completo)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

A empresa, inscrita no CNPJ sob o número
., declara, sob as penas da lei, que até a presente
data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório,
ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Localidade, _____ de _____ de _____

(Assinatura)



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014/MPC/PA

(Nome completo do (a) Representante)

ANEXO III - C

(Nome da Empresa)
sediada na
(Endereço completo)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES QUANTO AO
TRABALHO DO MENOR

A empresa, inscrita no CNPJ sob o número . .
., declara, sob as penas da lei, que cumpre
integralmente a norma contida na Constituição da República Federativa do Brasil de
1988, art. 7º , inciso XXXIII, a saber:

*“(...) proibição de trabalho noturno, perigoso ou
insalubre a menores de dezoito anos e qualquer
trabalho a menores de dezesseis anos, exceto na
condição de aprendiz a partir de quatorze anos.”*

Localidade, _____ de _____ de _____

(Assinatura)
(Nome completo do (a) Representante)